

# jornal APROFEM

ANO XVI - Nº 83  
AGOSTO/SETEMBRO DE 1998

FILIADO À FEDERAÇÃO SINDICAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS NO ESTADO DE SÃO PAULO  
SEDE PRÓPRIA: PRAÇA DA SÉ, 371, 10º ANDAR - CJ. 1013 - CEP 01001-901 - SÃO PAULO  
TEL/FAX: 3106-5756 / 3105-1845 / 3105-7742 / 3104-1307

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

## EDITORIAL

### Torre de Babel

Presenciamos, pasmos, a desagregação no Ensino Municipal. A situação só não é pior pela abnegação dos Profissionais que atuam na ponta e que, por dever de ofício e com sacrifício de sua própria integridade, incumbem-se de minimizar os nefastos efeitos junto ao contingente de crianças, jovens e adultos sob sua responsabilidade.

A máxima de desintegrar para enfraquecer parece ter sido adotada: as Delegacias de Ensino não têm um duto uniformizador e a insegurança daí decorrente reflete diretamente no funcionamento das escolas. Não detectamos diretrizes administrativas e pedagógicas consistentes; daí o questionamento óbvio: o que justifica a manutenção de Supeme e DOT da forma como ora encontram-se (des)estruturados?

Melhor seria aproveitar-se os seus competentes Profissionais em estruturas mais ágeis que superem as atuais deficiências e respaldem as escolas nas suas necessidades identificadas e solicitadas.

Há uma série de questões emergenciais que precisam ser clareadas para subsidiar os Profissionais de Educação na tomada de decisões quanto à remoção, escolha de turnos e classes/aulas e até mesmo para promoção/retenção dos alunos e formação de classes para o próximo ano: Ensino Supletivo, turnos de funcionamento, destinação dos recursos do Fundão, classificação e reclassificação, reposição de aulas, Capacitação dos Profissionais, jornadas, ...

Necessita-se definir atribuições; explorar a competente assessoria do Conselho Municipal de Educação no que for necessário; viabilizar a retomada de reuniões sistemáticas com os Delegados de Ensino e Assesores (exigindo-se e assegurando-se unidade de procedimentos); ousar ampliar a discussão para a rede através das entidades sindicais, sobre temas relevantes que a todos afetarão; divulgar os atos e intenções pelos meios oficiais e não através de recados inseridos na imprensa, muitas vezes em colunas de duvidosa credibilidade.

Com essas e outras providências, o Ensino Municipal poderá recuperar a excelência do qual nos orgulhamos há décadas e a Torre de Babel tornará a ser apenas uma peça de ficção na atualidade.

### O Destino do Ensino Supletivo

O Ensino Supletivo presencial que funciona em inúmeras escolas municipais teve seu fim decretado na prática pela divulgação recente de que se estende à essa modalidade de Ensino os mínimos de horas e dias letivos previstos na L.D.B. para a Educação Básica.

Considerando-se a dificuldade de manutenção de um turno noturno com duração diária de 4 horas e a especificidade da clientela - alvo (jovens e adultos), que trabalha e não aceitará a antecipação do início da jornada diária nem se disporá a estudar nos sábados e recessos, restará às escolas a implantação de alternativas de atendimento em que não haja exigência quanto à duração.

O Ensino Municipal tem uma experiência interessante com os CEMES em algumas DREMs, que vale a pena ser considerada para implantação: nesse caso, necessitariam ser revistos com urgência aspectos organizacionais como a forma de escolha/atribuição de aulas e constituição das Equipes Técnicas.

A APROFEM acompanha esse processo e não aceitará qualquer alternativa que implique em redução de postos de trabalho ou qualquer outro tipo de prejuízo para os Profissionais de Educação.

### Porcaria de Reajuste

Foi finalmente aprovada a Lei que eleva o piso salarial dos funcionários municipais para 260 reais e concede reajuste de 1,86% em duas vezes (julho e agosto).

Esses números são absolutamente insatisfatórios e sequer compensam o abono retirado. A situação agrava-se ainda mais se considerarmos que a Prefeitura também não concedeu, em julho, o reajuste quadrimestral previsto na atual legislação salarial sob determinadas condições.

Tal quadro reforça a necessidade da mobilização dos servidores junto às entidades representativas, criando condições para que se pressione eficazmente o Prefeito.

### Ensino Fundamental de 9 anos - Observações Críticas

A anunciada intenção da SME de implantar o Ensino Fundamental de 9 anos, a despeito do pretenso (e suspeito) pioneirismo da medida, suscita as seguintes reflexões:

- houve avaliação das implicações pedagógicas da mudança, levando-se em consideração os aspectos físicos, emocionais e psicológicos da massa de educandos afetada?
- a Educação Infantil será prejudicada na diminuição das vagas a serem

oferecidas para os professores na escola anual e também para os concursos; no comprometimento do espaço físico; no provável conflito de competências das Equipes Técnicas envolvidas;

- o professor regente será contemplado com capacitação específica em tempo hábil?

Conclusão: esse tema merece ser encarado com reservas e necessita ser amplamente discutido na Rede Municipal de Ensino.

## UTILIDADE PÚBLICA

### Imposto de Renda - Declaração de Isento

Todo cidadão brasileiro que possui CPF (CIC) e ficou dispensado da entrega do Imposto de Renda Pessoa Física - 1998 deverá apresentar a Declaração de Isento, no período de julho a novembro de 1998.

A falta de apresentação sujeita o cidadão ao cancelamento do número da inscrição no CPF, o que é especialmente perigoso para o servidor público, pois poderá ter problemas com sua conta bancária.

A declaração é simples e pode ser feita através de telefone (com pagamento de tarifa), pela Internet ou através de formulário (vendido nas lojas lotéricas).

A APROFEM resolveu prestar mais esse serviço aos servidores municipais: treinou equipes que visitarão as Escolas Municipais e outras Unidades da Prefeitura orientando o preenchimento da Declaração e providenciando, inclusive, a sua entrega na Receita Federal.

Os professores, administrativos e operacionais que preencherem a Declaração de Isento através da

APROFEM economizarão dinheiro e tempo, já que a equipe da APROFEM oferecerá o formulário gratuitamente e o interessado não gastará com condução para retirar e, depois, para entregar o documento.

A APROFEM priorizará as Unidades que agendarem pelos telefones 3105-1845 ou 3105-7742, através das chefias ou dos representantes sindicais (com o assentimento das chefias). Serão atendidos servidores associados ou não, indistintamente.

Por ocasião do preenchimento do Formulário, o servidor deverá ter em mãos o seu CPF (qualquer que seja o final, poderá ser preenchido quando a APROFEM atender a Unidade, sem se preocupar com a escala divulgada pela Receita Federal), Identidade e Título de Eleitor.

É importante:

- não deixar para a última hora
- se necessário, discutir com a chefia sobre a conveniência de utilizar esse serviço da APROFEM, eliminando uma série de transtornos pessoais, profissionais e de gastos.

### Leia nesta Edição

- ☞ Publicações de interesse dos Servidores Página 2
- ☞ Redução de Turnos nas Escolas Municipais Página 3
- ☞ Eventos da APROFEM Página 4
- ☞ Caderno Especial: Eleições 98 Páginas 5 a 8
- ☞ Convênios da APROFEM Especial

## ASSISTÊNCIA JURÍDICA

### Ação dos 62%

Para procurar receber da Prefeitura o que nos é devido desde 1994.

Documentação necessária:

- Xerox autenticada dos holerits de outubro/novembro/dezembro de 1994 e também do último que tiver recebido (Quem não encontrar - substituir por xerox da folha respectiva arquivada na Unidade; quem entrou na PMSP a partir de 1995 - substituir por xerox do título de nomeação);

- Dez reais para as custas judiciais;

- Procuração assinada - diretamente com o Jurídico;

- Termo assinado que assegura ao associado o não pagamento de honorários em caso de sucesso na ação e prevê a possibilidade de arcar com a sucumbência na pouca provável hipótese de insucesso no término da ação;

- Filiação à APROFEM devidamente regularizada para os não-associados.

### Ação dos 81,18%

Temos uma ação coletiva que está tramitando no Superior Tribunal de Justiça. Os autos encontram-se conclusos ao Ministro Relator.

## Funcionário Doente fica Livre de Imposto

Os servidores da ativa e aposentados do serviço público estadual, municipal e federal portadores de doenças incuráveis poderão requerer aos órgãos preparadores de seus pagamentos a suspensão dos descontos referentes ao imposto de renda retido na fonte. Depois disso, os interessados poderão solicitar à Receita Federal a restituição das importâncias recolhidas a partir da comprovação, por meio de atestado médico, da doença que o incapacitou para qualquer atividade profissional. Não é da competência dos órgãos pagadores restituírem os valores. Os órgãos da Receita têm impressos próprios que deverão ser preenchidos pelo servidor. Também são necessárias cópias da carteira de identidade e do CPF. Esse direito está assegurado pelas Leis 7.713/88, 8.541/92, 8.250/95 e Decreto 1.041/94. (Publicado no Diário Popular)

## Diário Oficial do Município

### PUBLICAÇÕES DE INTERESSE DOS SERVIDORES

"É DEVER DO FUNCIONÁRIO ESTAR EM DIA COM AS LEIS, REGULAMENTOS, REGIMENTOS, INSTRUÇÕES E ORDENS DE SERVIÇO QUE DIGAM RESPEITO ÀS SUAS FUNÇÕES." (LEI Nº 8.989/79 - ART.178-XI)

#### DOM 04/06/98

- Decreto nº 37.463, de 03/06/98

Institui o "Centro da Cultura Afro Brasileira", com o objetivo de preservar e divulgar a cultura afro-brasileira.

#### DOM 06/06/98

- Portaria nº 77, de 05/06/98

Define municípios que integram a Região Metropolitana de São Paulo e municípios considerados como localizados até a distância de 100 km da Capital.

- Decreto nº 37.475, de 05/06/98

Dispõe sobre funcionamento das repartições públicas municipais no dia do jogo do Brasil, com compensação das horas não trabalhadas.

#### DOM 10/06/98

- Portaria SME 2.092, de 09/06/98

Estabelece procedimentos suplementares específicos para cumprimento do Decreto nº 37.475, de 05/06/98.

#### DOM 13/06/98

- Portaria SME 2.093, de 12/06/98

Altera a Portaria nº 7.514, de 05/12/97.

#### DOM 19/06/98

- Processo nº 1.998-00600.191

Autorização de aditamento de contratos por SME.

- Decreto nº 37.484, de 18/06/98

Regulamenta Lei nº 12.495/97, que institui o "Dia do Lazer para o Deficiente Físico" (1º sábado de Dezembro).

#### DOM 20/06/98

- Portaria 093/SMA-G/98, de 19/06/98

Institui formulário para movimentação de Pessoal de uma para outra secretaria.

- Portaria nº 81, de 19/06/98

Nomeia os integrantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

- Informativo USP - Faculdade de Educação

Projeto de Extensão para professores da Rede Pública de Ensino como alunos especiais.

#### DOM 24/06/98

- Comunicado 011/DRH-G/98, de 22/06/98

Altera formulário de Declaração de Exercício.

#### DOM 26/06/98

- Portaria nº 2.221, de 25/06/98

Dispõe sobre o cumprimento da carga horária mínima do ensino noturno na Rede Municipal de Ensino.

- Portaria Intersecretarial nº 04, de 25/06/98

Cria Programa Intersecretarial de Assistência à Saúde do Escolar.

#### DOM 27/06/98

- Portaria SME nº 2.261, de 26/06/98

Dispõe sobre escolha/atribuição de turnos e classes/aulas do Ensino Supletivo para o 2º semestre/98.

#### DOM 30/06/98

- Lei nº 12.690, de 29/06/98

Denomina Escola Municipal de Primeiro Grau "Prof. Jairo de Almeida", a Escola situada na rua Recanto dos Humildes, s/nº, em Perus.

- Lei nº 12.693, de 29/06/98

Denomina Escola Municipal de Educação Infantil "Ruth Gonçalves Chaves de Siqueira" a EMEI Jardim Matarazzo, localizada na rua Figueira Polinésia, nº 373, em Ermelino Matarazzo.

#### DOM 01/07/98

- Decreto nº 37.510, de 30/06/98

Dispõe sobre funcionamento das repartições públicas municipais no dia do jogo do Brasil e providências para compensação.

- Decreto nº 37.511, de 30/06/98

Revoga em todos os seus termos o Decreto nº 16.156, de 18/10/79, que suprime aulas aos sábados.

#### DOM 02/07/98

- Comunicado CME 3/98

Divulga composição das Câmaras e Comissão do Conselho Municipal de Educação e os respectivos Presidentes e Vice-Presidentes.

#### DOM 03/07/98

- Portaria SME nº 2.455, de 02/07/98

Altera a redação do Artigo 2º da Portaria nº 2.221, de 25/06/98.

- Ata da 1.807ª Sessão Extraordinária do Tribunal de Contas do Município.

Aprova as contas da PMSP - Exercício de 1997.

#### DOM 04/07/98

- Ofício nº 335/98 - SME - GAB

Solicita prorrogação ao Secretário do Governo Municipal, do prazo dado através de despacho favorável para contratação de 1.573 Professores Adjuntos de Ensino Fundamental I e 2.252 Professores Adjuntos de Ensino Fundamental II. Despacho: Revigorada a autorização.

#### DOM 07/07/98

- Decreto nº 37.513, de 06/07/98

Dispõe sobre o funcionamento das repartições públicas municipais no dia do jogo do Brasil, bem como compensação das horas não trabalhadas.

- Decreto nº 37.514, de 06/07/98

Institui a Comissão Municipal de Emprego.

#### DOM 14/07/98

- Decreto nº 37.517, de 13/07/98

Cria e organiza na Secretaria Municipal do Planejamento - SEMPLA - a Agência de Desenvolvimento da cidade de São Paulo - ADESAMPA.

- Portaria SME nº 2.503, de 13/07/98

Constitui Comissão para elaboração e implantação do Programa "Ensino Fundamental de 9 Anos".

#### DOM 15/07/98

- Decreto nº 37.518, de 14/07/98

Estabelece normas para a elaboração da proposta orçamentária Anual do Município para o exercício de 1999 e dá outras providências.

#### DOM 18/07/98

- Decreto nº 37.521, de 17/07/98

Regulamenta Lei nº 11.766, de 17/05/95, que institui o Dia Municipal de Prevenção do Diabetes: 27 de junho, anualmente.

- Decreto nº 37.523, de 17/07/98

Cria o Programa POPCENTER - Centro Popular de Compras.

- Decreto nº 37.527, de 17/07/98

Dispõe sobre a criação de Escola Municipal de Primeiro Grau Jardim Silveira, sítio à rua Antonio Bernal, s/nº, bairro Jardim Silveira - DREM-6-AR-Capela do Socorro.

- Decreto nº 37.529, de 17/07/98

Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Conjunto Habitacional Fazenda do Carmo, situada à av. Dois com rua C, na DREM 11-AR-Guaianazes.

- Decreto nº 37.532, de 17/07/98

Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Jardim Santo André, sítio à rua Miguel Ferreira de Melo, s/nº, Jardim Santo André - DREM 13-AR-São Mateus.

- Decreto nº 37.533, de 17/07/98

Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Jardim Britânia, situada à rua Pompeu Bertini, nº 80, Jardim Britânia - DREM-4-AR-Perus.

#### DOM 21/07/98

- Lei nº 12.699, de 20/07/98

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o ano de 1999.

#### DOM 23/07/98

- Portaria SME nº 2.570, de 21/07/98

Normatiza procedimentos para ensino da Língua Francesa.

#### DOM 04/08/98

- Comunicado Gerfunc nº 1.216, de 03/08/98

Diretrizes para juntada de títulos.

#### DOM 05/08/98

- Resolução nº 583/98, - SIPREM, de 04/08/98

Altera limites máximos de financiamento do empréstimo imobiliário do IPREM.

#### DOM 06/08/98

- Decreto nº 37.558, de 05/08/98

Dispõe sobre a criação da Escola Municipal de Primeiro Grau Fazenda da Jata, situada à rua Treze de Maio, Lote 39, Quadra 64, DREM-8-AR-Vila Prudente.

#### DOM 08/08/98

- Ordem Interna nº 13/98 - Pref. Gab.

Colaboração com a Justiça Itinerante (SME).

#### DOM 10/08/98

- Portaria SME nº 2.744, de 10/08/98

Constitui Comissão de Gerenciamento da concessão do auxílio-refeição.

- Portaria SME nº 2.745, de 10/08/98

Composição da Comissão de Gerenciamento do Vale-Transporte.

#### DOM 12/08/98

- Portaria SME nº 2.750, de 11/08/98

Aprova a Indicação CME 05/98 e a Deliberação SME 04/98 - Regulamentação de cursos e exames supletivos correspondentes ao ensino fundamental na rede escolar municipal.

jornal APROFEM

INFORMATIVO DO SINDICATO DOS PROF. E FUNC. DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
PRAÇA DA SÉ, 371, 10º ANDAR - CJ. 1013 - CEP 01001-901  
SP - TEL. / FAX: 3106-5756 / 3105-7742 / 3105-1845 / 3104-1307

Jornal APROFEM é uma publicação mensal da APROFEM, dirigida aos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo. Jornalista Responsável pela diagramação, Janio T. Ribeiro - MTB 12.359

#### EXPEDIENTE

Diretor Responsável: ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR      Secretária: MARIA AMÉLIA B. C. DA SILVA  
Produção Gráfica: Estúdio JI de Artes Gráficas      Tiragem: 14.000 exemplares

Circulação Dirigida com Distribuição Gratuita

#### DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente - ISMAEL NERY PALHARES JUNIOR  
Vice-Presidente - MARGARIDA PRADO GENOFRE      Secretário Geral - MARIA AMÉLIA B. C. DA SILVA  
1º Tesoureiro - YOSHIMI TAKIUCHI      1º Secretário - ANTONIO BRAGA  
2º Tesoureiro - MARCIA MELLO CAMARGO      2º Secretário - JOÃO LOPES DE MACEDO

#### CONSELHO FISCAL

ANA MARIA FERREIRA      MARIA DE LOURDES TURBIANI      ROGÉRIO MORENO GOMES  
MOACYR NERY PALHARES      MARIANA PASCIÊNCIA PITTA      REGINA DRUKIER WAINTROB

#### DEPARTAMENTOS

##### I - Especialistas

ROSELY MARTELLI CASSIANO      LEILA MARTINEZ SOUTO

##### II - Docentes

WANDA FARIA KLOTZ      MARIA LUCIA FERREIRA DOS SANTOS      MARCIA MADALENA DO NASCIMENTO

##### III - Apoio à Educação (Administrativos e Operacionais)

MONIKA GIZELA PILLAT LIMA      MARIA DE FÁTIMA LOPES

# Redução de Turnos nas Escolas Municipais

## Uma medida que pode ser desastrosa

A APROFEM manifestou-se desde o início, lembrando que a salutar abertura para que as escolas se adequem ao modelo pedagógico não poderia ser encarada como panacéia para acomodação de interesses nem sempre convergentes com os interesses dos alunos e da maioria dos servidores.

A despeito dos Ofícios ao lado, continuamos recebendo inúmeras denúncias de escolas onde a decisão pela alteração dos turnos de funcionamento estão ocorrendo à revelia dos interesses dos Profissionais e dos alunos.

Se não forem tomadas providências enérgicas, muitos alunos (principalmente da Suplência) não terão onde estudar e Profissionais perderão seus locais de exercício, sem contar a redução de vagas oferecidas para os próximos Concursos e os problemas de acúmulo de cargos que advirão naturalmente. Estamos aguardando que a palavra da sra. Secretária seja respeitada e, para isso, as comunidades escolares devem se mobilizar (se necessário), para analisar com seriedade essa situação, com a presença de todos os segmentos da Comunidade Escolar, a fim de que se alguma decisão for tomada, seja por toda a Comunidade Escolar.

APROFEM - SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 19 de junho de 1998.

Ofício APROFEM nº 036/98

Exma. Sra. Secretária

Solicitamos que V. Exª. se digne determinar medidas de orientação que coibam a intenção manifesta de algumas chefias de Unidades Escolares de reduzir compulsoriamente o número de turnos de funcionamento das U.Es., em flagrante prejuízo do atendimento à demanda escolar.

Um trabalho de esclarecimentos sobre os dispositivos da Portaria SME nº 1.971/98 certamente minimizará a ocorrência de casos de interpretação equivocada da mesma.

Respeitosamente  
Prof. Ismael Nery Palhares Junior  
Presidente

EXMA. SRA.  
PROFª HEBE MAGALHÃES CASTRO DE TOLOSA  
DD. SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

São Paulo, 26 de junho de 1998

Ao Ilmo. Sr. Prof. Ismael Nery Palhares Junior  
DD. Presidente do Sindicato dos Professores e Funcionários do Ensino Municipal de São Paulo - APROFEM

Sr. Presidente

Em resposta ao ofício nº 036/98, a nós dirigido e datado de 19 de junho p.p., no qual V.Sa. manifesta preocupação em relação ao número de turnos de funcionamento das U.Es., informamos, para tranquilizá-lo, que esta SME mantém-se firme na disposição de manter respeito absoluto à criança, de forma a cumprir o que determina a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente e toda a legislação pertinente aos deveres e direitos dos cidadãos.

Dessa forma, a Portaria SME nº 1.971/98, que vem sendo amplamente discutida para que, das normas estabelecidas, cada escola elabore seu Regimento de modo a cumprir rigorosamente o dever legal de atendimento à demanda.

Receba meus prestos de alta estima e consideração.  
Atenciosamente,

Hebe Magalhães Castro de Tolosa  
Secretária Municipal de Educação

## O Direito à Livre Filiação e Desfiliação

Muitos profissionais do Ensino Municipal têm nos consultado sobre esse assunto e as dificuldades que encontram para fazer valer seus direitos:

• **Filiação** - O funcionário público municipal tem o direito de filiar-se a uma, duas ou mais Entidades Sindicais e nela(s) permanecer enquanto for de seu interesse. Para filiar-se, o interessado deverá preencher uma Ficha-Cadastro, colher a assinatura da chefia ou reconhecer firma de sua assinatura e providenciar cópia simples do seu último Demonstrativo de Pagamento (exigências do DRH).

Filiando-se à APROFEM, o funcionário

passa a ter direito a todos os serviços por nós proporcionados, inclusive Assistência Jurídica.

• **Desfiliação** - O funcionário tem o direito constitucional de desfiliar-se de qualquer Entidade, a qualquer tempo. Orientamos para que ele compareça à sede da Entidade da qual pretende desligar-se e faça a solicitação escrita, protocolando-a.

Pela tramitação e prazos, é razoável aguardar até 90 dias para que o desconto mensal deixe de aparecer no hollerith. Caso a desfiliação não ocorra após outros contatos com a Entidade, sugerimos que o interessado enderece ao DRH a seguinte petição:

Ilmo. Sr. Diretor do D.R.H.

Tendo solicitado desfiliação da Entidade: \_\_\_\_\_, código de desconto \_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_ e não tendo sido atendido até o presente, solicito que V.Sa. se digne determinar a imediata suspensão do respectivo desconto mensal e outras providências cabíveis nos termos do Decreto nº 25.260/88.

São Paulo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_ Assinatura

Nome: \_\_\_\_\_  
Reg. Func.: \_\_\_\_\_  
Unidade de Lotação: \_\_\_\_\_

(ANEXAR XEROX DO ÚLTIMO HOLLERITH E DO PROTOCOLO DE ENTREGA DO PEDIDO DE DESFILIAÇÃO.)

### PAINEL DA VERGONHA

Há 1.751 dias a Prefeitura não publica o Decreto Regulamentador que possibilitará o enquadramento por **Evolução Funcional** dos nossos valerosos **Agentes Escolares**, melhorando um pouco os seus salários. Senhores Assessores - expliquem o significado disso para a sra. Secretária e para o sr. Prefeito.

## Seguro de Vida

Um assunto antipático... e sério!

Consciente de que o servidor público, ao falecer, não deixa qualquer pecúlio adicional para os seus dependentes, a APROFEM solicitou estudos visando estender aos seus associados a possibilidade de adesão a um Seguro de Vida em Grupo, de custo mensal baixo e Capital Segurado razoável em caso de morte natural, acidental ou invalidez permanente por acidente.

Para verificar o grau de interesse dos associados e viabilidade de contratação de uma apólice dessa natureza, solicita-se aos interessados que preencham uma ficha cujo modelo segue abaixo e enviem-na para a sede da APROFEM, com urgência. **O preenchimento dessa Ficha não significará qualquer compromisso do servidor.** Qualquer estudo ou projeção trabalhará com mensalidade referente ao seguro não superior a cinco reais.

PRAZO PARA DEVOLUÇÃO - 30 DE SETEMBRO DE 1998.

São Paulo, ..... de ..... de 1998

APROFEM - Diretoria  
Pelo presente, manifestamos interesse em ingressar numa apólice de Seguro de Vida em Grupo. Reiteramos que a colocação de nossos nomes nesse documento tem finalidade estatística preliminar, não representando qualquer compromisso de adesão.

| REG. FUNC. | NOME LEGÍVEL | TELEFONE P/CONTATO |
|------------|--------------|--------------------|
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |
|            |              |                    |

## MANUAL DE PROCEDIMENTOS

Este exemplar do **Jornal APROFEM** traz a 4ª parte da reedição do utilíssimo Manual de Procedimentos que nossos associados receberam no final de 1996, num trabalho ampliado e atualizado, e que está sendo publicado em partes que devem ser recortadas, lidas e guardadas visando a encadernação final.

O associado que não guardou as partes já editadas nas edições anteriores do **Jornal APROFEM**, poderá solicitá-las por telefone:

**1ª parte** - Acúmulo de Cargos Públicos, Abandono de Cargos, Adicional de Insalubridade/Periculosidade.

**2ª parte** - Acidente de Trabalho, Adicionais por Tempo de Serviço e 6ª Parte, Afastamento para Participação em Congresso/Cursos e demais Eventos.

**3ª parte** - Aposentadoria, Aposentadoria por Invalidez, Adicional Serviço Noturno, Atribuições dos Servidores Administrativos e Operacionais.

**4ª parte** - Atualização Monetária, Autorização para Residir Fora do Município, Averbação de Tempo Extramunicipal, Averbação de Tempo de Mobral e Cessação de Portaria.



### BALANCETE SEGUNDO TRIMESTRE DE 1998

|  |                |
|--|----------------|
| Saldo do Período Anterior .....          | R\$ 139.044,88 |
| Receitas .....                           | R\$ 365.889,79 |
| Despesas .....                           | R\$ 221.605,24 |
| Saldo para o Próximo Trimestre (*) ..... | R\$ 283.329,43 |

(\*) Incluído o provisionamento de R\$ 77.612,28 para a quitação das faturas de Julho/98 dos Convênios Médico e Odontológico.

# Eventos da APROFEM

(Com Dispensa de Ponto concedida através da Portaria SME 7.690, de 16/12/97)

## CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL PARA SERVIDORES DO QUADRO DE APOIO À EDUCAÇÃO E PESSOAL DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO NA SME

DATA: dia 09 de outubro de 1998 (Sexta-feira)

HORÁRIO - 8h às 12h

LOCAL: A ser definido

**NÃO HÁ LIMITE DE PARTICIPANTES POR UNIDADE ESCOLAR**

**Inscrições:** Não há limite de inscrições por Unidade. **Estão dispensados do ponto** e poderão inscrever-se os Agentes Escolares, Vigias, Auxiliares de Secretaria, Secretários de Escola, Auxiliares Adm. de Ensino, Inspectores de Alunos, Agentes Administrativos, A.T.As., e outros servidores em exercício nas escolas, DREMs e outras Unidades da SME, associados ou que venham a associar-se até 18/09/98.

A inscrição será feita mediante entrega do Quadro abaixo, devidamente preenchido, na sede da APROFEM, até 18 de setembro de 1998.

**Atenção:** As vagas são limitadas e os interessados terão suas inscrições confirmadas pelo Correo, por ordem de chegada na APROFEM. **Não deixe para o último dia!**

Não estrague seu Jornal  
Reproduza este Quadro com quantas linhas forem necessárias.

Fazer chegar à APROFEM por fax, correio ou entrega direta até o dia 18 de setembro de 1998.

| CURSO DE FORMAÇÃO SINDICAL PARA SERVIDORES DO QUADRO DE APOIO À EDUCAÇÃO E PESSOAL DO QUADRO DOS PROFISSIONAIS DA ADMINISTRAÇÃO EM EXERCÍCIO NA SME |             |              |   |
|---|-------------|--------------|---|
| Unidade: _____  | Drem: _____ |              |   |
| Responsável pelas informações: _____  |             |              |   |
| Telefone para contato: _____  |             |              |   |
| NOME  | REG. FUNC.  | CARGO/FUNÇÃO | ASSINALAR HOR. PREFERIDO (*)  |
|   |             |              | <input type="checkbox"/> CEDO <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> TANTO FAZ |
|   |             |              | <input type="checkbox"/> CEDO <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> TANTO FAZ |
|   |             |              | <input type="checkbox"/> CEDO <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> TANTO FAZ |
|   |             |              | <input type="checkbox"/> CEDO <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> TANTO FAZ |
|   |             |              | <input type="checkbox"/> CEDO <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> TANTO FAZ |
|   |             |              | <input type="checkbox"/> CEDO <input type="checkbox"/> TARDE <input type="checkbox"/> TANTO FAZ |

(\*) Visa verificar a possibilidade de formação de uma turma na parte da tarde (das 13h às 17h).

## Regimento Escolar

A APROFEM recebeu inúmeros depoimentos demonstrando o acerto de sua decisão de elaborar uma Proposta Preliminar de Regimento e divulgá-la para a Rede na forma de Suplemento Especial do **Jornal APROFEM**.

Esse Suplemento passou a ser material obrigatório para o relevante trabalho das Equipes Escolares, na sua incumbência de elaborar o Regimento Escolar conjuntamente com as respectivas comunidades escolares. Serviu também para desmistificar um trabalho que, embora complexo, é extremamente válido pelo seu dinamismo, flexibilidade e mutabilidade e, por que não dizer, pelo pretexto que fará aproximar os diversos segmentos envolvidos na sua construção.

Os Diretores da APROFEM continuam recebendo solicitações de escolas para orientarem Profissionais de Educação, pais e alunos interessados na elaboração responsável desse documento.

## REUNIÃO DE REPRESENTANTES SINDICAIS

DATA: dia 17 de setembro de 1998 (Quinta-feira)

HORÁRIO - 8h às 12h ou das 13h às 17h

ESCOLHA UM DELES; DANDO PREFERÊNCIA AO DA TARDE, VOCÊ COLABORARÁ PARA EVITAR SUPERLOTAÇÃO NA REUNIÃO DA MANHÃ

LOCAL: Sindicato dos Químicos - Rua Tamararé, 348  
Liberdade - Metrô São Joaquim  
(linha Norte-Sul)

### PAUTA:

Temas de interesse dos servidores municipais, atualizados até o dia da reunião.



### PARTICIPANTES COM DISPENSA DE PONTO GARANTIDA:

1 (hum) representante por período de funcionamento da Unidade Escolar, e 1 (hum) por setor, em caso de órgãos regionais e centrais. As Unidades que ainda não escolheram seus Representantes poderão fazê-lo através de eleição ou outro critério de consenso entre os associados/interessados.



## II ENCONTRO DE EDUCADORES

DATA: dia 21 de agosto de 1998

HORÁRIO: 8h 30min. às 16h 30 min.

## SERVIÇOS PRESTADOS PELA APROFEM

### Atendimento ao Associado

- X Problemas de Pagamento
- X Evolução Funcional
- X Tempo de Serviço (Aposentadoria e Averbação)
- X Legislação Geral (Direitos e Deveres)
- X Criança e Adolescente - Conselhos Tutelares

### Assistência Jurídica (sem cobrança de honorários)

- X Ações Coletivas (Vida Funcional)
- X Ações Individuais (Vida Funcional)
- X Consultas - Questões Particulares

### Divulgação

- X Palestras
- X Eventos com Dispensa de Ponto/Certificado Cadastrado no GERFUNC
- X Cursos Intensivos - Preparação para Concursos
- X **Jornal Aprofem**
- X Manual de Procedimentos - Vida Funcional

### Convênios

- X Saúde (Intermédica)
- X Odontológico (Interodonto e Oral Pró)
- X Lazer - Hotéis, Colônia de Férias, Pousadas
- X Diversos (publicados no **Jornal Aprofem**)
- X Central de Seguros na própria sede

### Cadastro de Associados

- X Envio de Publicações do D.O.M.
- X Controle de Documentos

Associe-se

Ao associar-se, o servidor recebe gratuitamente um livro editado pela APROFEM contendo a versão atualizada da Lei nº 8.989/79 (Estatuto dos Func. Públicos Municipais) e a íntegra do Estatuto da Criança e do Adolescente.

3106-5756 3105-1845  
3105-7742 3104-1307



**CADERNO ESPECIAL**

**☒ ☐ ☐ ELEIÇÕES 98 ☐ ☒ ☐ ELEIÇÕES 98 ☐ ☐ ☒ ELEIÇÕES 98**

**1** A **APROFEM** enviou o documento anexo, através da Federação das Entidades Sindicais de Servidores Públicos (FESSP-ESP), para todos os candidatos a Governador do Estado de São Paulo nas próximas eleições.



**2** A **APROFEM**, por princípio, é independente e apartidária. Entretanto, isso não impede que, por ocasião de eleições, sejam publicados documentos contendo propostas de candidatos de partidos diversos e postulantes a diferentes cargos no legislativo.

Tal iniciativa visa contribuir para as análises e reflexões dos leitores. A carta abaixo foi enviada para todos os candidatos majoritários (Presidente e Governador) e para postulantes conhecidos ou que nos procuraram, quanto aos demais cargos; publicamos as respostas recebidas. Faça seu juízo!

**APROFEM**  
SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

São Paulo, 29 de julho de 1998.

Ilmo(a). Sr(a). Candidato ao Governo do Estado de São Paulo

A **APROFEM**, Entidade Sindical com mais de 10.000 associados e representativa dos funcionários públicos municipais da área de Educação da cidade de São Paulo, tem a honra de encaminhar a V.Sa. reivindicações, as quais esperamos se tornem:

- metas norteadoras do seu Plano de Trabalho para o Governo do Estado mais rico da União e,
- compromissos de gestão compartilhados com o prefeito da maior cidade do Estado:

1 - Política de Valorização do Serviço Público e do trabalhador que presta esse serviço - o Servidor Público, dando-lhe condições materiais, humanas e, principalmente, iniciando uma campanha de valorização do trabalhador público, a nível de mídia. O serviço público com profissionais competentes, com condições adequadas, é necessário e bom para o povo e barato para a máquina do Estado (não somos os responsáveis pela falência financeira do Estado).

2 - Abertura de Novos Empregos - O setor público como um "fomentador" de novas frentes de trabalho, em atividades necessárias e voltadas para o bem-estar do cidadão, e não um setor público como mero criador de "cabides de empregos" para atender a injunções políticas.

3 - Questão Salarial para Servidor Público - Os recursos necessários ao pagamento do funcionalismo não podem ultrapassar os 60% da arrecadação geral; portanto, é vital a revitalização e a efetivação da máquina fiscalizadora e arrecadadora, para a questão do financiamento do Estado. Essa questão de arrecadação deve ser voltada para uma maior justiça social na cobrança de impostos, pois quando o imposto é entendido pela sociedade como justo e adequado, ele não é sonegado; é um aquecedor da economia e o financiador do trabalho público. Com recursos provenientes de uma política social justa, o Estado terá condições de adotar uma política salarial para o servidor público, contemple as suas necessidades, seja ele um servidor da União, do Estado ou do Município.

4 - Reformas Administrativa e da Previdência - A luta e atuação firme para inviabilizar a reforma da previdência em curso, a qual penaliza o servidor público. Interferir na reforma administrativa, na adoção de medidas saneadoras para equilibrar a questão da demissão no serviço público, bem como a quebra de estabilidade, com direitos semelhantes aos dos trabalhadores da iniciativa privada.

5 - Agilizar, viabilizar, flexibilizar, respeitar e garantir canais efetivos de comunicação entre as Entidades Sindicais representativas dos servidores públicos e o Governo.

6 - Hospital do Servidor Público Municipal e IAMSPE - Esses marcos da saúde pública que, no passado, foram construídos respectivamente para o funcionalismo público municipal e estadual, com ônus para esses trabalhadores, deverá atender integralmente seus beneficiários com trabalho de qualidade, pelo qual o servidor público contribuiu e continua a contribuir.

7 - Reestruturação das carreiras ligadas ao Ensino Municipal - Diligenciar junto ao prefeito para que ocorra com urgência, com revisão das respectivas Tabelas de Vencimentos, atendendo aos dispositivos da Lei de Diretrizes e Bases vigente e a necessária aplicação do Fundão.

Respeitosamente

Rogério Moreno Gomes - Diretor  
Leila Martinez Souto - Diretor.

**APROFEM**  
SINDICATO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS DO ENSINO MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Caro Candidato

Essa Entidade Sindical pretende editar, no próximo número do **Jornal da APROFEM** (em meados de agosto - 14.000 exemplares) um encarte com propostas de candidatos a cargos majoritários ou não que expressem as diversas tendências de pensamento e atuação.

Os pontos programáticos de nosso interesse imediato são: funcionalismo público, educação, criança e adolescente, empregos e segurança.

Caso haja interesse por parte de V.Exa., solicitamos que a matéria seja entregue em nossa sede até o próximo dia 31 de julho. O editor se reserva o direito de publicar o material recebido na íntegra ou sintetizado, sem qualquer ônus financeiro para o candidato.

Atenciosamente

**APROFEM** - Diretoria.



CANDIDATA A GOVERNADORA PELO PT: MARTA SUPLICY

## Diretrizes de governo

1 - *Quais são as suas diretrizes de governo?*

R - O Programa da Frente Pra Renovar São Paulo fundamenta-se em três princípios básicos: novo padrão de desenvolvimento, cidadania e democracia.

Novo padrão de desenvolvimento implica em compromisso com ações que possam modificar o padrão de desenvolvimento e das relações sociais, tendo como focos o desenvolvimento sustentável; a promoção da Justiça Social; equidade no acesso às oportunidades para garantia de igualdade; combate às situações que mantêm ou provocam desigualdades sociais; políticas específicas para superação das discriminações de gênero e raça/etnia.

Entendendo Cidadania como vivência plena de direitos, o Governo da Cidadania garantirá: inclusão do enfoque de gênero e de raça/etnia em todos os projetos e programas de governo; combate a todas as formas de preconceito e discriminação; aplicação dos avanços tecnológicos e científicos no combate à miséria e promoção da cidadania; ampliação do acesso ao crédito, à informação e à Justiça gratuita; democratização do conhecimento científico e tecnológico; estabelecimento de relações da economia paulista com o Brasil e o mundo, de forma a preservar capacidade do Estado como indutor e executor de políticas de garantia da cidadania.

Para nós, a democratização do Estado e da sociedade é um valor estratégico e um processo em construção, fundamentada em: participação cidadã; respeito à pluralidade; garantia de liberdade. O governo fortalecerá instrumentos de participação popular no processo de decisões. Um deles, o Orçamento Participativo, marca das administrações petistas, merecerá prioridade. O Governo do Estado se pautará pela ética e por uma nova relação com várias instâncias de governo e população, tornando transparentes os atos e decisões da Administração Pública estadual.

2. *Quais são as prioridades do governo estadual?*

É preciso estabelecer um processo de transformação do gerenciamento do Estado, a partir de novas prioridades claras e definidas.

Estas são as prioridades gerais de governo:

I) Desenvolver, no âmbito da administração estadual, um amplo Programa de Reparelhamento, Qualificação e Democratização do Estado que leve em conta:

a) atenção especial aos servidores do Estado, no que se refere à valorização, planos de carreira, qualificação e aperfeiçoamento profissional;

b) revisão do acordo da dívida do Estado para a União;

c) estímulo à criação de órgãos de desenvolvimento regional, a exemplo da Câmara Regional do ABC;

d) implementação de uma Política de Segurança Pública centrada na revalorização, aperfeiçoamento e articulação do aparato policial, para redução da violência e combate ao crime, para proteger e amparar as vítimas da violência e ser ágil e eficaz na defesa da pessoa humana;

e) esforços no combate à sonegação e cobrança dos grandes devedores de tributos estaduais - especialmente o ICMS - em lugar de dispersar os esforços da fiscalização e cobrança de milhares de contribuintes inadimplentes;

f) suspensão do Programa Estadual de Privatização e realização de avaliações sobre os processos de privatização já efetuados;

g) novo padrão nas Agências Reguladoras, garantindo que o consumidor não seja lesado e para que seja significativa a representação dos consumidores e trabalhadores do setor;

g) fortalecimento das instâncias colegiadas, representativas de setores e/ou grupos sociais, junto ao governo.

II - Implementar um Plano de Desenvolvimento Econômico Sustentado, respeitando e potencializando as vocações regionais.

III - Implementar programas especiais:

a) Programa Bolsa Trabalho - Para 200 mil jovens entre 15 e 21 anos, que estão em famílias com renda per capita inferior a meio salário mínimo e não têm emprego. O Programa buscará o resgate de sua cidadania, por meio de oportunidades de complementar a educação básica (supletivo de qualidade), ter formação profissional e exercer uma atividade ligada a serviços nas áreas culturais, esportivas, ações comunitárias e ambientais nos municípios pelo que receberão uma Bolsa Trabalho no valor de um salário mínimo, por até dois anos.

b) Implementação do Programa de Renda Mínima (PGRM), utilizando recursos federais, municipais e estaduais, para famílias com renda per capita inferior a 1/2 salário mínimo, com crianças até 14 anos, vinculando à frequência dos filhos em idade escolar à escola.

c) Banco do Povo: linha de crédito popular, para incremento a empresas familiares, microempresas e cooperativas.

IV - Educação - linhas gerais:

a) Implementar o Plano Estadual de Educação, elaborado com ampla participação dos setores envolvidos, considerando que São Paulo, o estado mais rico da Federação, precisa mostrar que é possível ter escola pública de qualidade.

b) investir nos profissionais de educação - professores/as, dirigentes e funcio-

nários/as - com melhoria salarial e aperfeiçoamento profissional, ouvindo-os na adoção de medidas educacionais;

c) rever o processo de municipalização, com a participação de profissionais da educação e da comunidade escolar;

d) garantir o ensino fundamental de oito anos, por meio de colaboração entre o Estado e os municípios;

e) recuperar e ampliar a qualidade do ensino médio em todas as modalidades; fortalecer o ensino técnico e tecnológico nas escolas técnicas estaduais;

f) atuar com os municípios para a qualificação dos profissionais de educação pré-escolar, infantil e de educação de jovens e adultos;

g) implementar programas de educação sexual e para a cidadania;

h) promover aumento significativo das vagas no ensino superior público do Estado - responsável por apenas 10% dos jovens paulistas formados - por meio da expansão da oferta na rede pública estadual e da gestão junto ao governo da União para ampliação do ensino superior federal no estado.

V - Saúde:

a) investir, no mínimo, 10% do Orçamento do Estado para o setor específico da saúde, visando a melhoria de sua qualidade e a retomada da plena capacidade do sistema;

b) respeito às diretrizes do SUS (universalidade, igualdade, integralidade e participação) e ao Código de Saúde do Estado;

c) implantação efetiva do Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher (PAISM), em conjunto com os municípios;

d) implantação de uma política de valorização e desenvolvimento dos/das trabalhadores/as em saúde;

e) estímulo a ações programáticas, em conjunto com os municípios, voltadas à saúde mental, DST/AIDS, saúde do trabalhador, bucal e da criança, adolescentes, terceira idade e portadores de necessidades especiais;

f) articulação com políticas direcionadas à meta de universalizar o saneamento básico, com a implantação de um novo modelo de gestão, articulada pelo governo com a sociedade;

g) articulação com políticas ambientais do Estado e preservação de sua base ecológica, sob o controle e gestão de toda a sociedade e não apenas de suas elites sócio-econômicas.

VI - Segurança Pública

Diminuir, de modo significativo, a criminalidade e a violência, por meio das seguintes medidas necessárias e viáveis;

- priorizar a prevenção e a repressão dos crimes que lançam mão da violência, (homicídios, roubos, tráfico de drogas, estupro), do crime organizado e daqueles que prejudicam a capacidade de investi-

mento do estado em ações sociais (sonegação fiscal e corrupção);

- envolver a sociedade e os diversos setores do governo no mutirão contra a violência, criando conselhos paritários de segurança; urbanizando favelas; encaminhando soluções para cortiços; gerando empregos para a juventude; ampliando suas oportunidades de educação, cultura e lazer; instituindo o programa de renda mínima;

- liberar a polícia civil e a polícia militar para a investigação e prevenção dos crimes, transferindo a guarda de presos para a Secretaria de Administração Penitenciária com investimentos para diminuir a superlotação das prisões, passando as tarefas burocráticas para funcionários públicos não policiais;

- organizar a vigilância interna em todas as escolas e o policiamento de trânsito em convênio da polícia militar com os guardas municipais;

- reorganizar as estruturas policiais, separando os corpos de policiamento da criminalidade dos corpos de policiamento de multidões, criando forças especiais, constituídas pelas duas polícias, por fiscais da Fazenda e procuradores do Estado, para repressão ao crime organizado; desenvolvendo os organismos de política técnico-científica para aumentar a eficiência da investigação; organizar departamentos especializados da polícia civil no combate a homicídios e narcotráfico nas grandes regiões do interior e estendendo à Grande São Paulo os já existentes na Capital;

- instalar postos comunitários da polícia militar nos bairros;

- garantir ao Governo do Estado o comando efetivo e o saneamento das polícias, unificando progressivamente na Secretaria de Segurança Pública os serviços de formação, informação, comunicação e estatísticas, reestruturando na Secretaria uma Corregedoria Geral para um amplo combate à criminalidade nas polícias;

- melhorar os salários dos policiais civis e militares, entre outras medidas cumprindo as disposições constitucionais de isonomia e criando o regime de horas extras para, com mais salário, desestimular o atual costume ilegal de policiais trabalharem na segurança privada.

VII - Criança e Adolescente:

• Elaboração imediata de um diagnóstico do atendimento, demandas na área e panorama de parcerias;

• Implementação de um Plano Estadual, concebido com a participação de todos os setores envolvidos, em consonância com as diretrizes do ECA - Estatuto da Criança e Adolescente e legislações nacionais, estaduais e acordos internacionais, respeitadas as diversidades dos diferentes grupos étnicos, sociais, raça/etnia, sexo;

• Investimentos em políticas sociais para atendimento às famílias, incluindo o Programa de Renda Mínima.



CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL PELO PT: JOSÉ GENOINO

## Porque um Novo Mandato

O mundo contemporâneo está marcado por alguns acontecimentos e determinações que sinalizam a necessidade de reorientar radicalmente o modo de fazer política por aqueles que pretendem sustentar uma posição de esquerda. O colapso do socialismo, o fim da Guerra Fria, o triunfo da ideologia neoliberal, a globalização, as crises financeiras incontornáveis, os problemas ambientais, a revolução tecnológica e as imensas parcelas da humanidade que vivem em condições de pobreza e miséria são alguns dos elementos que caracterizam o mundo atual. A velocidade com que os acontecimentos econômicos, sociais e políticos emergem e mudam de perspectiva e, muitas vezes, a sua efemeridade, diminuíram o grau de eficácia dos programas e da ação política e aumentaram as incertezas e as imponderabilidades. A instabilidade que ocorre no plano mundial se reflete em cada país, na medida que o mundo é cada vez mais interligado. A prova recente de como isso ocorre foi fornecida pela crise na Ásia que, em maior ou menor grau, afetou a grande maioria dos países, inclusive o Brasil.

O Brasil, logo, não é imune aos fenômenos globais. Do ponto de vista interno, pode-se dizer que o governo Fernando Henrique inaugurou uma nova fase. Trata-se de um governo que lidera um amplo bloco político que vai desde o centro até a direita, que tem na estabilidade econômica o seu maior capital político e que procura implementar um amplo programa de reformas em nome da modernização do Estado e da orientação da economia para o mercado. O governo Fernando Henrique, por adotar um programa que favorece as elites, não conseguiu superar alguns impasses históricos da vida brasileira. A exclusão social, a pobreza, o analfabetismo e a concentração de renda e riqueza são problemas que estão no cerne mesmo que separam o Brasil real e não desenvolvido do Brasil desenvolvido, desejado por muitos. Ante este quadro, não resta dúvida de que o Brasil precisa de reformas. O problema está em quais reformas. Que sentido elas devem ter? Que prioridades devem estabelecer? Tudo indica que o conteúdo e o sentido das reformas do governo FHC não apontam para a superação dos impasses históricos que aprisionam o Brasil na condição de uma sociedade não desenvolvida e injusta.

A grande tarefa das eleições de 1998, por tratar-se de eleições gerais, consiste em debater os temas implicados nos processos globais apontados acima e os temas relacionados às escolhas políticas e econômicas internas. Neste quarto mandato que se encaminha para o seu término damos prioridade à luta pela reforma do Congresso. Disputamos a presidência da Câmara no início dessa legislatura contra o deputado Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) apresentando um amplo programa de reforma do Parlamento. Se é verdade que

sempre fizemos política com prazer, com responsabilidade e a serviço de causas, o que mais nos anima hoje a disputar um quinto mandato são dois motivos principais. O primeiro, diz respeito à convicção de que a sociedade brasileira é uma sociedade profundamente injusta. Lutar por uma sociedade justa, com cidadania, direitos e equidade é a razão essencial que nos impulsiona ao dever da militância. Em segundo lugar, o Brasil está num processo de travessia que configurará a sua face no início do novo milênio. Com a experiência acumulada que temos, seria irresponsabilidade não participar da disputa dos rumos do país visando torná-lo mais civilizado, mais desenvolvido e mais justo. Assim, queremos desenvolver uma intervenção mais forte e eficaz na disputa dos rumos gerais do país, particularmente naquilo que se refere aos rumos das reformas. Desde a Constituinte, passando pela fracassada revisão constitucional, pelo plebiscito sobre sistema de governo quando defendemos o Parlamentarismo e pelo processo em curso de reformas constitucionais, sustentamos — muitas vezes discordando da direção do PT — a necessidade da esquerda intervir no processo político com uma plataforma reformadora. Reformar a própria esquerda tornando-a mais eficaz e capacitando-a para assumir tarefas relevantes, seja no governo ou seja na oposição, é uma decorrência que buscamos realizar através da luta pela consecução das razões principais que animam a construção coletiva de um novo mandato parlamentar.

Ao apresentar este programa aos eleitores e apoiadores, aos militantes do PT e aos não filiados, a mulheres e homens, a jovens e idosos e a todos aqueles que acalentam sonhos e esperanças de um mundo melhor e de um futuro mais justo e equitativo queremos recontratar o nosso compromisso com seriedade e responsabilidade, orientada pelas idéias gerais que aqui esboçamos. Queremos que este compromisso represente um marco de certeza diante de tantas incertezas. Certeza também de que seremos fiéis à promessa que aqui formulamos, já que nos sentimos fortes e encorajados para enfrentar este novo desafio contando com o apoio coletivo de muitas pessoas.

### Uma Agenda de Reformas

Os fatos dos últimos anos demonstram como tendência determinante para o final do milênio, o aumento da exclusão social como fenômeno constitutivo decorrente da crise do Estado e da afirmação do processo de globalização. A crise do Estado e a globalização coincidem com um novo patamar tecnológico que, em grande medida, desorganiza os padrões de produção e de organização do trabalho e de suas representações. Esse fenômeno tem gerado novas exigências de capacitação para o ingresso no mercado de trabalho, o

aumento do desemprego, o crescimento das ocupações autônomas, a precarização das condições de trabalho, a perda de direitos e o enfraquecimento do movimento sindical.

Subjacente a esses fenômenos, colocou-se na ordem do dia a necessidade de redefinir o papel do Estado. O neoliberalismo expressa uma proposta programática que procura enfrentar a crise do Estado e a globalização através de um processo radical de desestatização, de desconstituição de direitos sociais remetendo as relações econômicas e trabalhistas para soluções de mercado. Nos últimos anos, os partidos conservadores e neoliberais fizeram um enorme esforço para levar adiante um processo de reformas com o objetivo de erguer um novo modelo de Estado: o chamado Estado mínimo.

Os partidos de esquerda, de modo geral, mostraram-se incapazes de apresentar uma alternativa consistente ao neoliberalismo. Por isso, não poucas vezes, apareceram como defensores do status quo e como sustentadores do estatismo autárquico, ineficiente e corporativo. Sempre chamamos a atenção para a necessidade da esquerda e do PT apresentarem alternativas reformistas às reformas conservadoras do governo. A nossa desorientação, a timidez e a falta de objetivos nos jogaram para uma posição defensiva no período do governo Fernando Henrique. Para que a esquerda se capacite a governar o país e vários estados ou para que se capacite a fazer uma oposição mais conseqüente será preciso que formule um projeto de reformas do Estado capaz de capacitá-lo a garantir a estabilidade econômica com desenvolvimento sustentado, a distribuição de renda e riqueza, a garantia de direitos e da justiça e a universalização da educação.

O Brasil ingressou nos anos 90 com uma vasta agenda a cumprir. No plano político-institucional apresentou-se a tarefa de concluir a institucionalização democrática decorrente das condições estabelecidas pela Constituição de 88, bem como, corrigir-lhe os erros e as insuficiências. O centro desta agenda situou-se nas reformas constitucionais como a reforma da Ordem Econômica, a reforma Administrativa, da Previdência, Tributária, do Judiciário, a Reforma Política etc. Parte desta agenda foi cumprida, parte está no meio do caminho e parte sequer entrou na ordem do dia.

No plano econômico, a tarefa mais urgente que se apresentava na década de 90 era o combate à inflação, um dos principais fatores de deterioração do poder aquisitivo das populações mais pobres. A estabilidade monetária revela-se um dos requisitos mais importantes na recomposição das condições para um novo crescimento econômico. No plano social, o combate à exclusão e uma política de emprego apresentaram-se como tarefas prioritárias. O governo Collor expressa uma tentativa desastrosa de dar resposta aos dois primeiros pontos da agenda dos anos 90. Os governos Itamar/Fernando Henrique têm sucesso parcial

na resposta ao desafio da estabilização. O governo FHC, contudo, não responde às exigências e necessidades da agenda social. Somente um governo capaz de romper com as estruturas sociais e econômicas elitistas e conservadoras com base num programa reformador e com uma visão de desenvolvimento orientada pela equidade e pelo respeito ao meio ambiente terá condições de superar as deficiências e as injustiças históricas de nosso país. A candidatura Lula, mais uma vez, expressa a torrente onde deságuam as esperanças dessa possibilidade.

Certos de que a próxima legislatura do Congresso e o próximo governo serão ainda marcados pela polarização em torno das reformas, propomos que o novo mandato interfira se empenhe na discussão e na luta pela aprovação das seguintes propostas:

I - Reforma Tributária e Fiscal: visando redefinir o pacto federativo entre municípios, estados e união, as responsabilidades e a participação de cada esfera para com as políticas públicas e no bolo tributário. Esta reforma deve também instituir a justiça tributária, já que o peso da tributação cai hoje excessivamente sobre os assalariados e a classe média.

II - Reforma Política: com o objetivo de aprofundar o caráter democrático do Estado. Aqui, entre outros pontos, se destacam a limitação do uso das medidas provisórias, a aprovação de uma lei eleitoral permanente com limitação e transparência dos gastos das campanhas eleitorais, a discussão do voto distrital misto e a redefinição da representação dos estados na Câmara Federal.

III - Reforma do Parlamento: visando dar eficácia e agilidade ao processo legislativo e recuperar uma série de prerrogativas do Congresso, que foram delegadas a outras esferas do poder Executivo. É fundamental também sustentar o fim da imunidade parlamentar para crimes comuns e a supressão do sigilo bancário para os detentores de mandatos eletivos.

IV - Reforma das Instituições Militares e da Segurança Pública: neste ponto daremos continuidade ao trabalho que estamos desenvolvendo, já que apresentamos uma emenda constitucional abrangente sobre o assunto. A emenda procura subordinar de forma definitiva o poder militar ao poder civil, modernizar e profissionalizar as Forças Armadas, criar o Ministério da Defesa e defender uma segurança pública desmilitarizada e voltada para a garantia da segurança do cidadão concebida como um direito do mesmo.

V - Reforma do Judiciário - aqui também queremos dar continuidade a um trabalho já em curso com a apresentação da Emenda Constitucional que institui o controle externo do Judiciário. Trata-se do controle administrativo e financeiro deste poder que, ao contrário do Legislativo e do Executivo, não está submetido a nenhum tipo de controle. É preciso também instituir uma nova lei processual e uma nova lei das execuções penais com o fim de dar agilidade e eficiência à Justiça.

CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL PELO PDT: PEDRO HORTA  
CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL PELO PDT: DÁRCIO ARRUDA

## Mudanças no processo de escolarização

Temos como princípio, que a escola deveria ser nossa segunda casa e que os professores formariam nossa segunda família.

Infelizmente a nossa realidade é bem diferente das informações que recebemos dos governos que aí estão, manipulando dados e situações para um povo que necessita não só de educação, mas também segurança na educação.

Como podemos pedir aos nossos professores, idealismo, dedicação, se temos na sala de aula uma realidade assustadora!

Assustadora a ponto de terem sua autoridade

de questionada, por traficantes, delinquentes e por normas administrativas, que mascaram a evasão escolar.

A prática pedagógica atualmente usada não proporciona prazer, não é eficaz, não renova esperanças e não aumenta o desejo de viver e de lutar. Torna o conhecimento superficial e fragmentado sem vínculo com a realidade social.

A escola acaba sendo uma fábrica para a produção de conhecimentos para o futuro, já que as crianças são preparadas para se tornarem socialmente úteis, e de técnicas a serviço

das muitas burocracias da sociedade.

É necessário que a escola assuma e valorize as atitudes naturais da criança como a curiosidade e a criatividade.

Entendo que a educação de nossas crianças será o alicerce de qualquer mudança futura, eu, Darcio Arruda, junto com meu companheiro de luta, Pedro Horta, vamos fiscalizar e levar à Assembléia Legislativa e ao Congresso Nacional uma bandeira única que terá o compromisso com a educação.

A escola deve, portanto, cumprir a sua função de integrar o indivíduo desenvolvendo uma consciência voltada para a transformação da sociedade.

Para isso nossa bandeira carrega a necessidade de mudanças estruturais no processo de escolarização, a nova função da escola, reflexões sobre o sistema de avaliação, a motivação que é a grande preocupação do professor, a pressão social sofrida pelos professores inovadores, enfim tornando a educação como um processo contínuo de renovação da vida.

Como futuros parlamentares da nova safra política, cabe-nos incentivarmos ações políticas que concretizem essas idéias, tornando a educação mais humana, para nossas crianças e que lembrem principalmente da mola mestra de todo esse processo, que é o Educador.



**CANDIDATA A DEPUTADO FEDERAL PELO PSDB:  
DALILA FIGUEIREDO**

## Maior participação das mulheres na política nacional

Dalila Figueiredo é professora e assistente social atuante na região da Grande São Paulo há mais de quinze anos e iniciou sua carreira política em 1992, quando se elegeu vereadora pelo Município de Guarulhos com a expressiva votação de 6.087 votos - terceira maior votação do município - mandato através do qual aprovou 12 leis, todas de cunho social, entre as quais as de maior destaque, que são: Lei nº 4.242 de 1993, que instituiu a Casa de Trânsito para a Mulher Vítima de Violência e a Lei 4.385, também de 1993, que determina que todo cidadão residente em Guarulhos que adotar uma criança no município, desde que tenha renda inferior ou igual a 5 (cinco) salários mínimos, estará isento do pagamento do IPTU.

Em 1994, Dalila foi eleita suplente de deputado federal com a soma de 28.800 votos, tendo assumido o mandato eletivo em 1997, exercendo-o até 02 de abril de 1998. Na Câmara Federal, participou das comissões de Seguridade Social e de Direitos Humanos. Nesta última, presidiu uma Comissão Externa que investigou a situação de adolescentes presos fora do Brasil e participou, também, das comissões Externas para a apuração da exploração de crianças e adolescentes brasileiros no comércio do sexo e de investigação de grupos de extermínio de pequenos agricultores nas fronteiras. Em apenas um ano de mandato como Deputada Federal, Dalila Figueiredo apresentou 42 projetos de lei, destacando-se como primeiro lugar entre os parlamentares do Estado de São Paulo e um dos primeiros do Brasil. Entre outros, propôs a extinção do reconhecimento de firma e autenticação de documentos, tra-

balhou pela conquista da lei que tornou as certidões de nascimento e de óbito gratuitas, propôs a criação do selo social para empresas que ajudem na questão das crianças, propôs a criação do FUSA, Fundo de Socialização do Adolescente em conflito com a lei.

Dalila Figueiredo fundou e preside a ASBRAD - Associação Brasileira de Defesa dos Direitos da Mulher e de Combate à Exploração Infanto-Juvenil, que tem por objetivo proteger a família, combater e denunciar os casos de violência contra a mulher e a exploração da criança e do adolescente, prestando atendimento nas áreas de assistência social, psicologia e jurídica. Recentemente, Dalila esteve no Líbano acompanhando uma mãe na busca pelos seus filhos sequestrados, além de contribuir para a elucidação de seqüestros de outras crianças em território nacional.

Como professora e mãe é que Dalila acredita que maiores conquistas sociais somente serão alcançadas quando houver maior participação das mulheres na política nacional. O Brasil tem hoje 51% de mulheres em sua população, mas infelizmente só 6% delas participam ativamente nos quadros representativos. Somente as mulheres podem legislar em causas que lhe dizem respeito e aos seus filhos, como a proteção à infância e à juventude, a educação, a discriminação da mulher no campo de trabalho, a saúde, às crianças portadoras de deficiência, aos idosos e à valorização da família. "A mulher, em especial, mostra que é possível acumular as funções de mãe, profissional liberal, mulher, parlamentar e cidadã consciente da importância da participação da mulher na política", palavras de Dalila Figueiredo.

**CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL PELO PPB:  
CONTE LOPES**

## Governo coloca Polícia Militar na berlinda

Há três anos e seis meses a Polícia Militar com os 166 anos foi colocada na berlinda, tendo em vista o Projeto de Lei encaminhado pelo governador Mário Covas ao Congresso Nacional extinguindo a Polícia Militar, limitando-a a 30 mil homens e passando o policiamento ostensivo a cargo da polícia Civil, sendo que o remanescente de mais de 50 mil homens se ainda quiserem integrar a polícia civil terão que prestar concurso, exceto aqueles que responderem a qualquer tipo de processo, que não serão aceitos de forma alguma.

Esse projeto de Lei foi encaminhado logo após o episódio da favela Naval em Diadema onde o governador relacionou o episódio como se todos os policiais militares fossem o "Rambo" da referida ocorrência. Durante todo o atual governo como Deputado, eu alterei a Corporação e a população de São Paulo inclusive ao alto comando da Polícia Militar sobre o procedimento de enfraquecimento da PM na sua atividade fim - que é o policiamento, porém, nenhuma providência foi tomada, pelo contrário, o crime cresceu chegando a números assustadores, o que levou a descrença da população na Organização da Polícia Militar. Portanto, a desvalorização e desmotivação dos seus homens fez com que a PM deixasse de apresentar um bom serviço, inclusive sumindo das ruas, só retornando com o atual comando.

Logo, o nosso objetivo pela quarta vez concorrendo ao cargo de Deputado Estadual

pois pretendemos continuar em São Paulo, pois temos um trabalho diretamente ligado à população através do nosso programa de rádio - rádio Atual, bem como na Assembleia Legislativa, onde somos procurados diariamente por centenas de pessoas que nos permite a satisfação pessoal em continuar trabalhando nessa prestação de serviço.

Mais uma vez, estaremos ligados ao ex-prefeito Paulo Maluf e o nosso intuito é buscar a valorização policial para que os homens possam voltar a ter orgulho em ser policial, lutar por salários dignos, valorizar o homem do policiamento de rua, reativar o policiamento de ROTA, aumentando significativamente o número de viaturas, retorno de policiamento do tático móvel e fazer com que através da atuação enérgica da Polícia Militar o crime possa baixar no estado de São Paulo e que a população de São Paulo venha a orgulhar-se novamente da sua gloriosa Polícia Militar.

**CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL PELO PTB:  
PALMIRO MENNUGCI**

## Defesa intransigente dos professores

Como presidente do Centro do Professorado Paulista, pretendo levar ao legislativo estadual a defesa intransigente dos professores estaduais e municipais. Pelo respeito aos professores e permanente combate à violência, principalmente nas escolas. Pela solução definitiva dos quadros funcionais, com garantia de emprego. E vencimentos condignos para ativos e inativos.

**CANDIDATO A DEPUTADO FEDERAL PELO PPB:  
ARNALDO FARIA DE SÁ**

## O "Jogo da Privada"

Temos sistematicamente denunciado no plenário da Câmara dos Deputados qual o verdadeiro jogo da reforma da Previdência. O que quer fazer o Executivo?

O Executivo quer fazer o jogo da Privada. Já entraram no País as maiores seguradoras internacionais e estão associadas a grupos brasileiros.

O pior de tudo é que a Constituição brasileira só permite a entrada dessas empresas no Brasil após a regulamentação do art. 192.

Qual foi o atalho encontrado nessa grande negociação, já que o art. 192 não estava regulamentado? Eles encontraram o atalho no Parecer nº 104, da Advocacia-Geral da União, que permitiu a entrada de todas essas empresas estrangeiras no Brasil, mesmo contra a posição da SUSEP.

A alegação para a Reforma da Previdência é de que ela estaria com déficit. Aí reside a maior falácia já que, só nesse governo, a dívida do Tesouro para com a Seguridade Social é de 18 bilhões e 700 milhões. Querem inviabilizar a Previdência Social, querem dizer que não tem recursos para dá-la aos gringos.

Querem fazer a mesma coisa que fizeram no Chile, mas o exemplo não serve para o Brasil. A população chilena é menor do que a de beneficiários da Previdência Social no Brasil!

Mas vamos buscar alguns dados. Logo que essa Reforma chegou na Câmara, foi criado o Fundo Prever, um fundo de previdência privada no país e do qual faziam parte Bamerindus, Nacional e um terceiro banco. Mas o Bamerindus e o Nacional "foram para o saco" e quem pagou a conta foi o Proer, com o dinheiro do Tesouro.

E o pior de tudo isso - quando digo que eles querem fazer o jogo da privada e provo

que estão escancarando o país para seguradoras estrangeiras - é que essa entrada é inconstitucional.

Para permitir isso, o presidente Fernando Henrique Cardoso introduziu uma PEC que diz:

"Ficam revogados o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição Federal, bem como o art. 52 da ADCT."

Acho que eles foram longe demais quando propuseram uma PEC simplesmente para retirar da Constituição dois artigos que garantiam o controle social brasileiro sobre o capital internacional. Temos que começar a gritar, pois, a nós ainda resta a capacidade da indignação, da reação.

Continuaremos dizendo que a reforma da Previdência não quer tratar da questão previdenciária pública; ela visa acertar os esquemas com as empresas seguradoras multinacionais que já entraram no Brasil, como se estivessem chegando aqui há cento e tantos anos, preocupados com o progresso do país, como vieram os espanhóis, os portugueses, os alemães e todos os demais, que foram bem recebidos.

Só que hoje o Brasil está vivendo uma situação de desemprego. E apontam como responsável a globalização. Ora, não estou preocupado com o desemprego do japonês, do alemão, do americano, do francês, do inglês ou do português; estou preocupado com o desemprego do nosso irmão brasileiro.

Enquanto isso, o que eles estão fazendo é a entrega deslavada, descarada, desavergonhada da Previdência Pública para essas seguradoras. Lamentavelmente, estão fazendo o "jogo da privada".

**CANDIDATO A DEPUTADO ESTADUAL PELO PL:  
LOURIVAL CARNEIRO**

## O Servidor Público como Meio Cidadão

**É muito difícil conceber que quem deseja a melhoria da qualidade de vida do homem possa aceitar uma sociedade tão brutalmente injusta.**

A concepção de que o servidor público é um ente titular de direitos e obrigações, nos últimos tempos tem cedido lugar à ideia de que ele, na verdade, não passa de uma unidade, quase irrelevante, de estatística econômica. Conceitos abstratos como justiça, moralidade e cidadania que se danem. Tudo em nome de uma inserção submissa no mundo globalizado.

A política econômica tem navegado pela mediocridade, em nome de uma estabilidade a ser alcançada a qualquer preço, indiferente às condições de vida da população e do desemprego crescente, um fantasma que também estará rondando mais de 500 mil servidores públicos a partir de janeiro do próximo ano, quando a reforma administrativa entrar em vigor.

Graças ao acordo indecente do Governo, para conseguir seus objetivos às custas de grandes sacrifícios de toda a coletividade, acenaram-se as medidas desumanas e economicamente inúteis de redução dos direitos trabalhistas e contra a estabilidade dos funcionários públicos ativos e aposentados.

O pacote desastroso e incompetente do Governo não afastou o perigo inflacionário; registrou déficit elevado na balança comercial; comprometeu as reservas cambiais; permitiu o aumento crescente do desemprego entre outros fracassos.

Hoje, o servidor público está praticamente inserido na grande massa dos excluídos da sociedade, somando-se aos mais de 16 milhões de desempregados e 30 milhões de famintos em todos o País, que estão servindo de alavanca para a política elitista de FHC que, fatalmente, resultará, se continuarmos de braços cruzados, numa maior concentração de renda em mãos de poucas e privilegiadas pessoas e empresas provadas. Por tudo isso, nas próximas eleições, é fundamental elegermos deputados comprometidos com o serviço público, de preferência companheiros servidores públicos sindicalistas que já lutam há anos em defesa dos nossos direitos. O desafio está proposto. Cabe a nós fazer a nossa própria história, definir o nosso próprio destino.

Lourival Carneiro é presidente do Sindicato dos Investigadores de Polícia do Estado de São Paulo e vice-presidente da Federação Sindical de Servidores Públicos e candidato a deputado estadual.

**CURTAS CURTAS CURTAS CURTAS CURTAS CURTAS**

**ESCOLHA / ATRIBUIÇÃO DE CLASSES E AULAS PARA 1999**

A APROFEM propôs alteração importante nesse processo durante o ano passado; com a vaga justificativa de que havia ocorrido resistência às mudanças por parte dos Delegados, nada foi alterado e problemas já conhecidos tornaram a ocorrer.

Voltamos à carga, propondo discussão sobre um processo mais racional e que propicie um tratamento digno aos professores adjuntos, estáveis, comissionados e contratados: que haja escolha de turnos e de classes/aulas no final de 1998 exclusivamente para os professores titulares. No início do próximo ano letivo, uma etapa suplementar de escolha visando a acomodação dos titulares e, logo após, uma grande escolha em nível de DREM, com listagem de classificação mediante critérios uniformes e seguindo a ordem de praxe: adjuntos, estáveis, comissionados etc..

A adoção desse critério eliminará inúmeras etapas ora existentes e que transtornam a vida dos professores e especialistas, sem qualquer vantagem de ordem prática.

**O DESTINO DA EDUCAÇÃO INFANTIL**

A Educação Infantil tende ao crescimento e consolidação, pois sua oferta pelo Município é assegurada pelo Artigo 11-V da L.D.B., sem deixar de considerar a tradição, história e peso político da Educação Infantil e de seus Profissionais na cidade de São Paulo.

Não toleraremos qualquer iniciativa em sentido oposto.

**CONCURSOS DE REMOÇÃO**

É imperativo que as inscrições para remoção não ocorram antes de um amplo trabalho de esclarecimento pela S.M.E. sobre aspectos que poderão afetar os Profissionais de Educação em 1999: Fundão, Turno Noturno, Suplência, Alteração dos Turnos de Funcionamento das Escolas, ...

E por falar nisso, que tal viabilizar a

remoção dos vigias no âmbito da S.M.E. e diligenciar para que S.M.A. realize remoção para os seus quadros?

**VALE - TRANSPORTE**

As chefias devem alertar os servidores para o fato de que esse benefício deixa de ser entregue ao servidor que atinge a idade na qual é garantida legalmente a gratuidade nos transportes públicos (mulher - 60 anos; homens - 65 anos).

**DOCUMENTO - REFEIÇÃO**

É necessário darmos um basta para a vexatória rotina de atrasos e irregularidade na entrega desse benefício, prejudicando os servidores para quem o mesmo passou a constituir uma forma de salário indireto.

**CONCURSOS**

A APROFEM reitera sua solicitação para que sejam promovidos novos concursos **ainda este ano** para o Quadro do Magistério e Quadro de Apoio (Administrativos - Auxiliares Técnicos de Educação I e II), inclusive vigias.

**EVOLUÇÃO FUNCIONAL - QUADRO DO MAGISTÉRIO**

No ano passado, a APROFEM apresentou à S.M.E. proposta de parceria para revisar os casos de equívoco no primeiro enquadramento que redundaram em prejuízo para os docentes e especialistas.

Até hoje não obtivemos resposta, o que demonstra o descaso e descompromisso de alguns para com a situação de muitos.

**BANCO DO BRASIL - O ATENDIMENTO QUE DECEPCIONOU!**

Apesar das inúmeras promessas de melhoria, o servidor municipal continua sendo mal atendido, discriminado e destruído em grande número de agências do banco.

A APROFEM exigiu da superintendência do BB respeito aos servidores, revisão

das tarifas bancárias exorbitantes que são cobradas e entrega de talão de cheques aos servidores mais humildes.

**REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

O que não saiu até agora, dificilmente sairá ainda neste ano de eleições. A APROFEM está atenta e divulgará qualquer novidade a respeito.

**PALESTRAS NAS ESCOLAS**

A APROFEM programou uma série de palestras, apostando no interesse dos educadores. E acertou - são centenas de escolas visitadas pelos diretores palestrantes que atestaram a seriedade do trabalho desenvolvido.

As Equipes já sabem como proceder:

basta escolher o tema e agendar. O resto é por nossa conta!

**COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO DO FUNDÃO**

Essa Comissão, já constituída, não foi instalada até o fechamento da edição deste *Jornal*. É mais uma demonstração da desconsideração com que são tratados os Profissionais de Educação.

**VERBA DE ESCALÃO**

A redução das verbas de escalão é inoportuna, injustificável, contraria o princípio da autonomia outorgada à escola pela L.D.B. e só pode ter sido tomada por quem ignora o cotidiano das escolas e as dificuldades ali enfrentadas.

**SAÚDE**

**Drogas - Prevenção e Combate (PREVENIR PARA NÃO REPRIMIR)**

Preocupados com os índices alarmantes do uso e abuso de Drogas entre o público jovem e adolescente, principalmente dentro das escolas, Policiais Militares do 19º Batalhão da Polícia Militar juntamente com um advogado, Sr. Elton Pereira dos Anjos, com uma visão futurista, resolveram encampar uma campanha na prevenção às Drogas, desenvolvendo **palestras sobre prevenção** aos temas Drogas, AIDS, Aborto e Criminalidade.

Tal campanha atinge um público de aproximadamente 3.000 (três mil) pessoas por semana, através de Cursos e Palestras realizados continuamente nas Escolas.

Cabe também salientar que os mesmos Policiais Militares estão, paralelamente, aplicando o Proerd (Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência), que consiste em visitas aos alunos por um Policial, com a devida preparação, uma vez por semana, onde são ministradas 17 lições que abrangem temas como o que são as Drogas, amor próprio, respeito, direitos, deveres, responsabilidades, conseqüências, todos visando fortalecer o amor à vida, mostrando que a vida é bem melhor longe das Drogas e que a prevenção é a melhor saída. O final do curso é coroado com uma festa de formatura, onde a criança recebe um diploma simbolizando estar capacitada a resistir ao uso e abuso das drogas, ajudando de maneira sensível e positiva a sua sociedade.

Este programa está sendo realizado em diversas escolas, na área do 19º BPM/M, que abrange os bairros de Itaquera e Guaianas, com três mil alunos por semestre. O proerd está recebendo elogios dos pais, professores, comunidade e principalmente dos alunos dessas escolas, que estão avaliando como um "sucesso total", e ainda tornando-se amigos dos Policiais Instrutores.

Este trabalho merece ser divulgado através dos meios de comunicação. Só assim esse projeto poderá continuar a crescer ainda mais, pois o sucesso com a comunidade é ímpar no tocante à Prevenção, que é considerada a principal solução desse problema que coloca em risco a nossa juventude.

No término das Palestras de Prevenção normalmente muitos adolescentes procuram pedir orientações a fim de ajudar um amigo ou conhecido que estão usando ou abusando de drogas, com perguntas como: Aonde poderia levar uma pessoa dependen-

te? Ou seja, várias pessoas querem uma orientação mais profunda. Pensando como resolver esses problemas, criou-se uma associação, a qual ficou sendo denominada "**Associação Beneficente dos Anjos**", com uma única meta: servir a comunidade e sensibilizar as autoridades para esse problema tão grave que destrói a sociedade.

A "Associação Beneficente dos Anjos" tem a finalidade de auxiliar a Comunidade, orientando pessoas aflitas da seguinte maneira:

- **Orientação psicológica:** onde psicólogos fazem uma primeira análise e encaminham, conforme o caso, para clínicas especializadas (para pessoas com problemas de drogas) ou para os familiares (procurando orientar a família como ela poderá auxiliar um dependente a buscar ajuda especializada);

- **Assessoria jurídica:** através da qual um advogado irá orientar as pessoas sobre qual será o procedimento correto para resolver os problemas na justiça;

- **Cursos de Computação:** onde 450 alunos recebem uma bolsa de estudo, pois todos os adolescentes, para ingressar no mercado de trabalho, necessitam ter conhecimento na área de informática. Os alunos inscritos neste curso doam três quilos de alimentos não perecíveis para a Associação, os quais são repassados para outras instituições que trabalham com adolescentes na prevenção ou recuperação de adictos ou crianças portadoras do HIV, pois essas instituições sempre estão necessitando de gêneros alimentícios para continuarem prestando os seus serviços.

Para reforçar esse trabalho, a Associação necessita do apoio das Instituições e empresários para dar continuidade ao trabalho de orientação profissional e prevenção sobre o uso e abuso de drogas.

**Palestrantes da Associação participaram do II Encontro de Educadores Promovido pela Aprofem**, orientando os presentes sobre posturas e estratégias desejáveis na convivência com as crianças e jovens do Ensino Municipal.

**Informações:**

Associação Beneficente dos Anjos  
Rua Victório Santim, 486  
Itaquera - CEP 08290-000 - SP  
Fone: (011) 6179-1244

**FICHA DE ADESÃO - CONVÊNIO DE SAÚDE**

**DECLARAÇÃO**

Autorizo debitar mensalmente em minha conta bancária, junto ao Banco do Brasil (ou outro Banco que venha a sediar o meu pagamento), na data do pagamento, o valor correspondente à Assistência Médica e/ou Odontológica, mais despesas bancárias, conforme o(s) plano(s) por mim escolhido(s) e participantes indicados nesta ficha de adesão.

Estando também de acordo com as condições do contrato assinado entre a Empresa e a APROFEM e ciente das implicações previstas no Código Civil, Artigo nº 1.444, quanto à veracidade das informações prestadas. Finalmente, comprometo-me a devolver o(s) cartão(ões) de identificação em caso de desligamento de qualquer natureza e declaro estar ciente de que a permanência mínima no(s) plano(s) é pelo prazo de 12 (doze) meses.

**CONTA BANCÁRIA**

Agência nº: \_\_\_\_\_ Nº Conta: \_\_\_\_\_  
São Paulo, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura do titular

PREENCHA FRENTE E VERSO, RECORTE E ENVIE À APROFEM

## A SAÚDE DO NOSSO ASSOCIADO

## Convênio APROFEM - Intermédica Sistema de Saúde

Os interessados na adesão ao Convênio-Saúde poderão obter outras informações diretamente na sede da APROFEM ou pelos telefones 3105-7742 e 3105-1845, com Magda.

As vantagens são inúmeras e qualquer servidor encontrará por perto alguém que ateste o bom atendimento fornecido pela Intermédica; os preços do Convênio são os menores para esse padrão de atendimento.

#### □ INFORMAÇÕES ADICIONAIS:

##### Rede Própria:

**Centros Clínicos:** Pompéia, Zona Norte, Limão, Ipiranga, Lapa, Itaquera, São Miguel Paulista II, Zona Sul II, Reboças, Ortopédico, Fisioterapia, Preventivo, Executivo, da Mulher Pacaembu e Zona Leste. Com atendimento até as 22 horas e aos sábados: Zona Leste, São Miguel Paulista I, Zona Sul I, Angélica.

Em outros municípios: Barueri, Carapicuíba, Cotia, Guarulhos I, Osasco I e II, Santo André, São Bernardo do Campo I e II, São Caetano, Diadema, Mauá, Taboão da Serra, Jundiaí, Cajamar, Santana do Parnaíba. Com atendimento até as 22 horas e aos

sábados: Guarulhos II e São Bernardo do Campo III.

**Hospitais:** Hospital Santa Cecília, InterHospital Pari e Barueri (atendendo os dois últimos também como maternidade), Hospital Paulo Sacramento em Jundiaí.

##### Rede Credenciada:

Especialistas, Hospitais e Laboratórios: espalhados por toda São Paulo e Grande São Paulo.

##### Abraçagem Geográfica da Cobertura:

Capital e Grande São Paulo. Atendimento de urgência nas principais capitais do país.

##### Opções:

Plano Padrão - internação em enfermaria. Plano Executivo - internação em apartamento.

##### Internações:

365 dias por ano.

##### Permanência mínima no Plano:

1 ano após a data de cadastro junto à Intermédica

**Dependentes:** cônjuge; companheiro (a); filhos e tutelados até 21 anos incompletos.

##### Agregados:

Filhos e tutelados de maior idade, bem como os demais parentes são incluídos na condição de agregados (esses terão que fazer exame médico admissional e cumprirão carência, apenas para internação e parto).



| TABELA VALORES DE MARÇO/98 (VÁLIDOS POR UM ANO) |              |                 |
|---|--------------|-----------------|
| TITULARES E DEPENDENTES                         |              |                 |
| IDADE (EM ANOS)                                 | PLANO PADRÃO | PLANO EXECUTIVO |
| 00 - 18   | R\$ 21,30    | R\$ 35,68       |
| 19 - 59   | R\$ 33,49    | R\$ 57,10       |
| 60 - 64   | R\$ 61,50    | R\$ 105,35      |
| AGREGADOS                                       |              |                 |
| IDADE (EM ANOS)                                 | PLANO PADRÃO | PLANO EXECUTIVO |
| 00 - 18   | R\$ 25,18    | R\$ 42,79       |
| 19 - 59   | R\$ 49,75    | R\$ 84,97       |
| 60 - 64   | R\$ 98,88    | R\$ 169,32      |

#### Coberturas e Excluições:

Previstas em contrato, à disposição para análise na sede da APROFEM.

## Convênio de Assistência Odontológica - INTERODONTO

Não perca essa oportunidade - a Interodonto é uma empresa do grupo Notre Dame - Intermédica, que já nos presta serviços confiáveis na área de Assistência Médica. Maiores informações e

agendamento para reunião onde pode ser exibido um vídeo explicativo e fornecidos outros detalhes - diretamente na sede da APROFEM ou pelos telefones 3105-7742 e 3105-1845.

#### Plano Especial A

(Cobre 85% dos procedimentos clínicos e cirúrgicos)

Coberturas: consultas, extrações, urgências, cirurgias, radiografias, periodontia, restaurações, tratamentos de canal (exceto molares), odontopediatria, odontologia preventiva e ainda:

Pronto Socorro 24 horas; Internação hospitalar para cirurgia buco-maxilo-facial (apartamento individual); Rede credenciada com mais de 600 profissionais e Centro Clínico Próprio; Benefícios securitários.

#### Plano VIP

(Cobre 100% dos procedimentos clínicos e cirúrgicos)

Abrange todas as coberturas previstas no Plano Especial A, incluindo:

Tratamento de canal de molares; Aplicação de selantes, aplicações tópicas de flúor; Raio X panorâmico; Cirurgia de dentes inclusos; Próteses provisórias; Cirurgias de gengiva.

| CUSTOS DOS PLANOS   |                                  |
|---|----------------------------------|
| VALORES DE AGOSTO/98, ESTÁVEIS POR UM ANO (POR PESSOA, NÃO HÁ DISTINÇÃO DE IDADE) |                                  |
| Special A   | VIP                              |
| Titular e Dependentes: R\$ 15,58  | Titular e Dependentes: R\$ 21,75 |
| Agregados: R\$ 16,73  | Agregados: R\$ 23,00             |

Sem perícias ou necessidade de guias para tratamento.

## Convênio de Assistência Odontológica - uma interessante alternativa!

Atendendo a inúmeras solicitações dos associados, a APROFEM procurou uma empresa que oferecesse outras opções de planos. Temos a satisfação de anunciar a possibilidade dos nossos associados, seus dependentes e agregados usufruírem dos serviços da Oral Pró Saúde Odontológica, do renomado grupo Amesp Saúde.

Há a necessidade de formação de um grupo inicial com um mínimo de vidas para que não haja carências; daí a importância dos interessados enviarem a **Ficha de Adesão** ao lado, devidamente preenchido, em caso de interesse.

| Custo dos Planos (Valores de agosto/98, estáveis por 12 meses) |                                 |
|--|---------------------------------|
| PLANO  | VALOR POR BENEFICIÁRIO INSCRITO |
| Standard Special   | R\$ 6,58                        |
| Premium  | R\$ 12,25                       |
| Master Plus  | R\$ 34,40                       |

Coberturas (descrição ilustrativa - a discriminação completa dos serviços consta do respectivo Contrato)

#### Standard Special

Consulta, Emergências, Extrações, Radiografias para emergências, Tratamento Cirúrgico de hemorragia, Aplicação Tópica de flúor, Restaurações.

#### Premium (cobre 100% dos procedimentos clínicos e cirúrgicos)

Cirurgias, Radiografias, Periodontia, Tratamento de canal, Tratamento Preventivo (aplicação de selantes e flúor), além das coberturas previstas no Plano Standard Special.

#### Master Plus (INCLUI MANUTENÇÃO)

Além das coberturas previstas no Plano Premium: Tratamento Protético (Coroas, Elementos de Ponte, Próteses, Placa de mordida em acrílico) e Tratamento Ortodôntico (Exame, aparelhos Fixos e Móveis com a respectiva manutenção).

## FICHA DE ADESÃO - CONVÊNIO DE SAÚDE

| Dependentes/Agregados |      |            |            |
|-----------------------|------|------------|------------|
|                       | NOME | PARENTESCO | NASC. SEXO |
| 1                     |      |            |            |
| 2                     |      |            |            |
| 3                     |      |            |            |
| 4                     |      |            |            |
| 5                     |      |            |            |
| 6                     |      |            |            |

PREENCHA FRENTE E VERSO, RECORTE E ENVIE À APROFEM